

# O mito da brasilidade em discussão

JÉSSICA MATHEUS DE SOUZA

**RESENHA:** MACIEL, Fabrício. **O Brasil-Nação como ideologia:** a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

Fabrício Maciel identifica alguns dos principais momentos de convulsão política na história do Brasil e, a partir disso, traz o esforço de emblemáticos autores brasileiros em identificar e construir a identidade nacional, bem como o contexto que influenciou tais obras e como elas impactaram o imaginário social a partir disso. Assim, o livro trata da reunião e análise de autores que, em diferentes momentos, tentaram compreender a sociedade brasileira, o que resulta em um diagnóstico das contradições entre a nação ideal e seu cotidiano ao longo do tempo. Os estudiosos abordados estão contextualizados cultural e politicamente; portanto, a ideia que exprimem não diz respeito apenas a uma visão individual, mas ao pensamento de uma geração.

O primeiro capítulo do livro trata da nação ideal de José Bonifácio, no momento da independência jurídica e política brasileira, em que a ideologia do Brasil-nação surge primeiramente. É realizada uma síntese dos textos de Bonifácio e os impactos ideológicos de tais construções, de modo a evidenciar que o autor busca defender a igualdade jurídica entre Brasil e Portugal principalmente em direitos políticos e civis, ansiando pelo fortalecimento do novo Estado independente.

Em Bonifácio, a heterogeneidade dos povos só poderia ser transformada em unidade por uma força que pudesse se sobrepor a tudo: a força divina. Os brasileiros deveriam mostrar diante

---

**JÉSSICA MATHEUS DE SOUZA**

Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos em Representação e Democracia (NERD) da UENF. E-mail: jessicamatheus@pq.uenf.br

de Deus o arrependimento referente aos anos de injustiça, aniquilando os vestígios da escravidão. O regime escravocrata aparece como empecilho na construção de uma sociedade de mercado, incompatível com o capitalismo: os escravos deveriam se transformar em amigos e consumidores. Se o problema da população negra era a escravidão, o dos índios era percebido como sua situação natural de barbárie. Assim, para Bonifácio, os povos originários do Brasil precisavam de lapidação aos moldes da civilização liberal. As esferas natureza, religião e política compõem requisitos de uma nação independente e sintetizam a visão de progresso moderno presente na época. Maciel pondera que Bonifácio aludiu ao fim da escravidão, mas que esse fim deveria ser gradual, a fim de não prejudicar a estabilidade econômica e política do país. Essa proposta permitia a conciliação dos interesses dos defensores do Estado liberal impessoal com os dos senhores de escravos. Nesse sentido, ele foi o patriarca da independência brasileira apenas se se considera quem foram realmente os brasileiros que formavam a nação e quem a independência de fato beneficiou.

No segundo capítulo, o autor analisado é Joaquim Nabuco, responsável por denunciar a contradição entre a nação ideal de Bonifácio e a nação real. Nabuco critica Bonifácio e sua geração, que não tomou nenhuma medida realmente efetiva para a emancipação nacional e adotou métodos que somente ganhavam tempo para que a transição não perturbasse as estruturas do poder escravocrata. Seu objetivo foi fortalecer o movimento abolicionista, procurando demonstrar que a escravidão é expressão da degradação da natureza humana em prol de interesses egoístas e mercenários. Ele defendeu que o empecilho para a boa convivência das “raças” no Brasil era a escravidão. A desigualdade social se daria por conta da estrutura de classes: as diferenças de cor coincidem com lugares definidos na hierarquia (escravos e senhores). O atraso não é somente econômico, mas moral e civilizatório. Apenas com a emancipação total poderia ocorrer a formação de uma pátria comum, respeitada e forte; com a escravidão, a nação é fragmentada e distante da unidade nacional que Bonifácio almejava. Dessa forma, enquanto existem pessoas não livres e não autônomas, degradadas em todos os aspectos de sua existência,

as forças produtivas são travadas. A exploração física e psíquica causada pela escravidão é alimento para o ócio improdutivo e privilégio infundado da classe dominante, o que rebaixa moralmente a nação. Em Nabuco, a escravidão não foi apenas uma base material para a construção do sistema, foi elemento estruturante e classificador da nação, o que deixou marcas em todos os seus aspectos políticos e sociais.

Maciel também estabelece comparações entre Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre, autor que é abordado no terceiro capítulo da obra. Ao contrário de Freyre, Nabuco não vê nada de ameno na escravidão, em termos psicológicos ou físicos, uma vez que nem à própria vida a pessoa escravizada tem direito, pois ela pertence ao seu senhor. Se Freyre via o negro como colaborador secundário ao branco na constituição do país, Nabuco introduz a ideia de que a população negra deveria ter uma participação efetiva na articulação do pensamento nacionalista.

Gilberto Freyre revoluciona o enfoque teórico por se voltar ao espaço comum da vida privada e do cotidiano, por propor que é justamente nesse aspecto que se pode entender o caráter de um povo. Nesse autor, um dos traços constitutivos da ideologia nacional é a relação entre cultura e dependência política. Tal análise começa com a família colonial, que reunia uma variedade de funções sociais e econômicas com base no trabalho escravo e na economia agrícola. Essa família patriarcal é compreendida como núcleo político e social da vida colonial e como o início das relações privadas repercutidas em espaço público (o mandonismo brasileiro). Já a fé aparece como o elo que une culturas diferentes em mesmo território, acima de qualquer ideologia política ou de raça, remetendo ao ideal de país “abençoado por Deus” que aparece desde Bonifácio. A unidade política e cultural resultante seria usada para justificar as soluções autoritárias: somente um governo forte poderia atender às necessidades diversas sem fragmentação nacional como consequência. Freyre chega a defender que a democracia brasileira jamais foi afetada, já que o lugar mais importante da democracia é a cultura e a diversidade não seria destruída pelo sistema político. Todo esse processo é desenvolvido de forma espontânea, desconsiderando antagonismos de

forças e interesses. A condição da estrutura social e seus males não seriam culpa de ninguém, apenas resultados do sistema social e econômico.

Maciel alerta que o perigo dessa interpretação é a naturalização das desigualdades e degradações humanas. A atribuição de explicações que naturalizam questões sociológicas é central para confirmar a espontaneidade com que todos os fenômenos históricos e sociais se deram, inclusive as intervenções autoritárias. Maciel encerra o capítulo ressaltando que, assim como vários intérpretes, acredita que Freyre tenha omitido mais que explicado para o mundo a realidade brasileira, tornando-se o maior encobridor (e não o maior conhecedor) do Brasil do século XX.

O capítulo quatro trata da atualidade da ideologia brasileira em Roberto Damatta. Damatta produziu seus estudos sobre a cultura brasileira no fim da ditadura militar, retomando o viés freyriano e as teorias já usadas para a explicação do Brasil no século XIX. Certas ideologias, como explica Maciel, se revitalizam e atualizam mesmo com décadas de profunda transformação em vários aspectos do âmbito nacional, tentando preservar um caráter atemporal.

Damatta diferencia duas versões do Brasil: a versão oficial e a versão cotidiana, que coexistem em um contexto complexo e contraditório. A atividade relacional aparece como um meio pelo qual o brasileiro mistura as coisas, descobrindo pontos alternativos em situações complexas. As manifestações políticas disso seriam a conciliação e a negociação. O ponto central do argumento é a capacidade “acasaladora” que permite conciliar extremos e encontrar uma terceira opção acima do certo e do errado. A facilidade desse ato, do *jeitinho*, é o que melhor diferencia a cultura brasileira de qualquer outra. Esse *jeitinho* pode ser entendido como um modo de vida original do brasileiro, por vezes necessário para sobreviver em um sistema em que as leis formais não são compatíveis com as leis da moralidade e a lealdade que se deve às conexões próximas, como família e amigos. Assim, um de seus aspectos principais é a conotação sentimental. Todavia, Maciel argumenta que essa capacidade de síntese já havia sido abordada em Freyre e nela existe um perigo para a política, que é a naturalização das *maracutaias* brasileiras como singulares,

desconsiderando que a corrupção é algo inerente ao sistema capitalista. Em contrapartida, Maciel destaca que Damatta pretende ser mais crítico que Freyre, tentando superar o mito da democracia racial presente no autor anterior.

A última autora analisada no livro é Marilena Chauí. No quinto capítulo, os fundamentos constitutivos da nação são compreendidos a partir da noção de mito fundador. Nesse contexto, Chauí diferencia *fundação* de *formação*, uma vez que a fundação se refere a um momento passado tido como instante originário de algo que se mantém presente ao passar do tempo. Assim, a fundação se sustenta no curso temporal, aparece emanando da nação e, ao mesmo tempo, engendrando a própria nação da qual emana. Por esse motivo, a autora se refere à fundação como mito. O elemento temporal é central na retificação contínua do mito, que, a partir de um repertório inicial de representação da realidade, se reorganiza e se adequa conforme os momentos da formação histórica, acrescentando sentido ao significado inicial. Com isso, o mito pode se repetir indefinidamente sob novas roupagens.

Em Chauí, o autoritarismo resulta de um processo sociocultural desenvolvido com a sagração da brasilidade. A sagração da história se dá como realização da vontade divina, já vista por José Bonifácio quando analisa o papel do imperador como representante de Deus em uma nação. A sagração do governante acaba justificando o populismo e autoritarismo: do lado dos dominados, existe a visão do governante como salvador e, para os dominantes, a visão do direito natural ao poder. Dessa forma, se dá a justificativa religiosa do clientelismo político, já que o povo espera de seus governantes que concedam dádivas de cima para baixo, em uma relação similar àquela que possuem com Deus. Isso explica a prática da representação política no país; a relação entre governante e governados é de favor e de tutela, o que reflete na força do populismo.

Maciel afirma que essa análise de Chauí parece repetir a tese da hierarquia tradicional damattiana e do mandonismo freyreano, o que não acarreta na superação de ideologias como a autora tinha como objetivo. Para ele, a questão do Estado forte pode ser compreendida de outra forma, pensando o distanciamento

entre governo e população como motivado pela dificuldade de compreender o Estado democrático de direito e o papel do cidadão como reprodutor dele, o que não é de forma alguma singularidade brasileira. Dessa forma, a cidadania passiva e a incapacidade de resolver questões de baixo para cima acarreta na expectativa de que o Estado interfira nos assuntos intersubjetivos.

Entre as conclusões de Maciel, há a reflexão sobre parte do motivo pelo qual autores como Freyre e Damatta se tornaram renomados no país e fora dele. Maciel defende que autores como esses dizem o que queremos ouvir, relatando nossas supostas virtudes e articulando ideias e relatos do cotidiano de forma emotiva. O objetivo da discussão é levantar a ideia de que é preciso passar pela tarefa difícil de autoavaliação, sem medo de abandonar compreensões antigas e enfrentar uma “crise de identidade”, a fim de realmente enxergar as questões que estão no caminho para o progresso e a emancipação humana.

Em posfácio, Maciel faz relevantes considerações sobre as mudanças na ideologia com o tempo e contrapõe o uso que dela se tem feito no momento atual: o conceito foi banalizado e distorcido no cenário político nacional, fato sintomático da grande dificuldade na percepção da realidade. O autor sugere a necessidade de olhar para o discurso predominante no cenário atual e questionar o que ele diz sobre o mito da brasilidade e sobre suas consequências na vida social atual. Se, no passado, ocorreu a infantilização dos índios e negros, bem como sua colocação em um patamar inferior de “civilização”, hoje ocorre o ataque às identidades sociais, à diversidade cultural e aos movimentos sociais que tratam disso.